

**ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2024.09.24.01  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00011.20240522/0003-42**

**1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

1.1. Aquisição de material de copa e cozinha para suprir as necessidades da Secretaria de Assistência Social do município de Piquet Carneiro-CE., conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UND	V. UNIT	V. TOTAL
1	Leiteira	6,0	Unidade	51,97	311,82
LEITEIRA, MATERIAL: ALUMÍNIO, CAPACIDADE: 2,5 L, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: REVESTIMENTO ANTIADERENTE					
2	Panela	10,0	Unidade	113,21	1.132,10
PANELA, MATERIAL: ALUMÍNIO, CAPACIDADE: 9,7, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CAÇAROLA GRANDE					
3	Panela	10,0	Unidade	168,16	1.681,60
PANELA, MATERIAL: ALUMÍNIO, CAPACIDADE: 16 L, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM TAMPA					
4	Panela	10,0	Unidade	426,00	4.260,00
PANELA, MATERIAL: ALUMÍNIO, CAPACIDADE: 30 L, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CAÇAROLA GRANDE EM MATERIAL REFORÇADO					
5	Frigideira	4,0	Unidade	166,90	667,60
FRIGIDEIRA, MATERIAL: ALUMÍNIO, DIÂMETRO: 32, MATERIAL CABO: BAQUELITE					
6	Garrafa térmica	8,0	Unidade	45,55	364,40
GARRAFA TÉRMICA, MATERIAL: PLÁSTICO, CAPACIDADE: 2 L, COR: AZUL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM TAMPA TIPO PRESSÃO					
7	Garrafa térmica	5,0	Unidade	55,09	275,45
GARRAFA TÉRMICA, MATERIAL: PLÁSTICO, CAPACIDADE: 5 L, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: SEM TORNEIRA COM TAMPA ROSQUEÁVEL					
8	Garrafa térmica	5,0	Unidade	333,48	1.667,40
GARRAFA TÉRMICA, MATERIAL: PLÁSTICO REVESTIDO COM FIBRA, CAPACIDADE: 9 L, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM TORNEIRA					
9	Organizador	15,0	Unidade	50,66	759,90
ORGANIZADOR, MATERIAL: PLÁSTICO, CAPACIDADE: 56,10 L, TRANSMITÂNCIA: TRANSPARENTE, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM TAMPA, COR TAMPA: VARIADA					
10	Balde com Tampa	5,0	Unidade	97,25	486,25
BALDE, MATERIAL: PLÁSTICO, CAPACIDADE: 100 LITROS, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM TAMPA					
11	Lixeira	10,0	Unidade	92,68	926,80
LIXEIRA, MATERIAL: PLÁSTICO, CAPACIDADE: 30 L, COR: CINZA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM TAMPA E PEDAL					
12	Lixeira	6,0	Unidade	67,85	407,10
LIXEIRA, MATERIAL: PLÁSTICO, CAPACIDADE: 15, TIPO: COM TAMPA E PEDAL, ALTURA: 34, COR: BRANCA, LARGURA:					



13	Pote de vidro 600ml	10.0	Unidade	22,67	226,70
POTE DE VIDRO, MATERIAL: VIDRO, CAPACIDADE: 600 ML, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM TAMPA ROSQUEAVEL					
14	Pote de vidro 900 ml	10.0	Unidade	26,20	262,00
POTE DE VIDRO, MATERIAL: VIDRO, CAPACIDADE: 900 ML, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM TAMPA ROSQUEAVEL					
15	Pote de vidro 1,200 ml	10.0	Unidade	32,68	326,80
POTE DE VIDRO, MATERIAL: VIDRO, CAPACIDADE: 1.200ML, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM TAMPA ROSQUEAVEL					
16	Bandeja	12.0	Unidade	72,30	867,60
BANDEJA, COMPRIMENTO: 45 CM, LARGURA: 35 CM, MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL					
17	Bandeja	6.0	Unidade	37,59	225,54
BANDEJA, COMPRIMENTO: 45, LARGURA: 30, MATERIAL: PLÁSTICO					
18	Xícara	60.0	Unidade	5,11	306,60
XÍCARA, XÍCARA DE CAFÉ, CHÁ					
19	Cuscuzeiro Nº 16	4.0	Unidade	52,94	211,76
Cuscuzeiro De Alumínio, Panela Cuscuzeiro Média Nº16 Cuscuz					
20	Cuscuzeiro Nº 26	2.0	Unidade	73,11	146,22
Cuscuzeiro nº 26, capacidade: 9 litros Material: alumínio polido					
21	Prato	80.0	Unidade	6,90	552,00
PRATO, MATERIAL: VIDRO, APLICAÇÃO: REFEIÇÃO, TAMANHO: NÃO APLICÁVEL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: RASO					
22	Jarra	6.0	Unidade	20,00	120,00
JARRA, MATERIAL: PLÁSTICO, CAPACIDADE: 2 L, MODELO: COM TAMPA, COR: INCOLOR, APLICAÇÃO: ÁGUA					
23	Jarra	6.0	Unidade	64,67	388,02
JARRA, MATERIAL: PLÁSTICO, CAPACIDADE: 5 L, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: GRADUADA					
24	Jarra	8.0	Unidade	30,96	247,68
JARRA, MATERIAL: VIDRO, CAPACIDADE: 1,3					
25	Jarra	8.0	Unidade	40,02	320,16
JARRA, MATERIAL: VIDRO, CAPACIDADE: 2lt					
26	Travessa	3.0	Unidade	64,82	194,46
TRAVESSA, MATERIAL: VIDRO REFRAATÁRIO, TAMANHO: GRANDE, FORMATO: OVAL					
27	Travessa	3.0	Unidade	47,97	143,91
TRAVESSA, MATERIAL: VIDRO REFRAATÁRIO, TAMANHO: MÉDIO, FORMATO: OVAL					
28	Travessa	3.0	Unidade	39,54	118,62
TRAVESSA, MATERIAL: VIDRO REFRAATÁRIO, TAMANHO: PEQUENO, FORMATO: OVAL					
29	Garfo	100.0	Unidade	3,73	373,00
Garfo de mesa em aço inox					



30	Faca	100.0	Unidade	4,37	437,00
Faca de mesa em aço inox					
31	Colher	100.0	Unidade	3,32	332,00
Colher de sopa em aço inox					
32	Colher Grande	12.0	Unidade	10,41	124,92
Colher grande de servir em aço inox					
33	Frigideira	5.0	Unidade	198,30	991,50
FRIGIDEIRA, MATERIAL: ALUMÍNIO, DIÂMETRO: 36 CM, APLICAÇÃO: COPA E COZINHA, ALTURA: 8 CM					
34	Faca	3.0	Unidade	98,63	295,89
FACA, MATERIAL LÂMINA: AÇO INOXIDÁVEL, MATERIAL CABO: MADEIRA, TAMANHO: 9					
35	Tabua de corte	5.0	Unidade	22,33	111,65
Tabua de corte com tamanho grande, material plástico.					
36	Processador e Triturador de Alimentos	5.0	Unidade	49,87	249,35
Material: Acrílico E Aço Inoxidável, possui três lâminas inox para corte, acionamento giratório através de corda retrátil, processa os alimentos de forma rápida e eficiente, formato anatômico e prático.					
37	Espremedor de Alho	5.0	Unidade	51,53	257,65
Espremedor de alho polido em alumínio injetado de alta resistência.					
38	Prato Inox	80.0	Unidade	19,76	1.580,80
Prato fundo, material Aço inoxidável					
39	Caneca Inox	80.0	Unidade	10,27	821,60
Caneca no material aço inoxidável com alça, capacidade de 200ml.					
40	Taça	120.0	Unidade	7,89	946,80
Taça para água, material vidro, capacidade de 250 ml.					

## LOTES

### LOTE I

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UND	V. UNIT	V. TOTAL
1	Leiteira	6.0	Unidade	51,97	311,82
LEITEIRA, MATERIAL: ALUMÍNIO, CAPACIDADE: 2,5 L, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: REVESTIMENTO ANTIADERENTE					
2	Panela	10.0	Unidade	113,21	1.132,10
PANELA, MATERIAL: ALUMÍNIO, CAPACIDADE: 9,7, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CAÇAROLA GRANDE					
3	Panela	10.0	Unidade	168,16	1.681,60
PANELA, MATERIAL: ALUMÍNIO, CAPACIDADE: 16 L, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM TAMPA					
4	Panela	10.0	Unidade	426,00	4.260,00
PANELA, MATERIAL: ALUMÍNIO, CAPACIDADE: 30 L, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CAÇAROLA GRANDE EM MATERIAL REFORÇADO					



5	Frigideira	4.0	Unidade	166,90	667,60
FRIGIDEIRA, MATERIAL: ALUMÍNIO, DIÂMETRO: 32, MATERIAL CABO: BAQUELITE					
19	Cuscuzelro N° 16	4.0	Unidade	52,94	211,76
Cuscuzelro De Alumínio, Painel Cuscuzelro Média N°16 Cuscuz					
20	Cuscuzelro N° 26	2.0	Unidade	73,11	146,22
Cuscuzelro n° 26, capacidade: 9 litros Material: alumínio polido					
33	Frigideira	5.0	Unidade	198,30	991,50
FRIGIDEIRA, MATERIAL: ALUMÍNIO, DIÂMETRO: 36 CM, APLICAÇÃO: COPA E COZINHA, ALTURA: 8 CM					

Valor total do lote: R\$ 9.402,60

### LOTE II – MOBILIÁRIO EM GERAL

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UND	V. UNIT	V. TOTAL
9	Organizador	15.0	Unidade	50,66	759,90
ORGANIZADOR, MATERIAL: PLÁSTICO, CAPACIDADE: 56,10 L, TRANSMITÂNCIA: TRANSPARENTE, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM TAMPA, COR TAMPA: VARIADA					
10	Balde com Tampa	5.0	Unidade	97,25	486,25
BALDE, MATERIAL: PLÁSTICO, CAPACIDADE: 100 LITROS, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM TAMPA					
11	Lixeira	10.0	Unidade	92,68	926,80
LIXEIRA, MATERIAL: PLÁSTICO, CAPACIDADE: 30 L, COR: CINZA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM TAMPA E PEDAL					
12	Lixeira	6.0	Unidade	67,85	407,10
LIXEIRA, MATERIAL: PLÁSTICO, CAPACIDADE: 15, TIPO: COM TAMPA E PEDAL, ALTURA: 34, COR: BRANCA, LARGURA: 25					

Valor total do lote: R\$ 2.580,05

### LOTE III – APARELHO/UTENSILIO DOMÉSTICO

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UND	V. UNIT	V. TOTAL
6	Garrafa térmica	8.0	Unidade	45,55	364,40
GARRAFA TÉRMICA, MATERIAL: PLÁSTICO, CAPACIDADE: 2 L, COR: AZUL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM TAMPA TIPO PRESSÃO					
7	Garrafa térmica	5.0	Unidade	55,09	275,45
GARRAFA TÉRMICA, MATERIAL: PLÁSTICO, CAPACIDADE: 5 L, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: SEM TORNEIRA COM TAMPA ROSQUEÁVEL					
8	Garrafa térmica	5.0	Unidade	333,48	1.667,40
GARRAFA TÉRMICA, MATERIAL: PLÁSTICO REVESTIDO COM FIBRA, CAPACIDADE: 9 L, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM TORNEIRA					
13	Pote de vidro 600ml	10.0	Unidade	22,67	226,70
POTE DE VIDRO, MATERIAL: VIDRO, CAPACIDADE: 600 ML, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM TAMPA ROSQUEÁVEL					
14	Pote de vidro 900 ml	10.0	Unidade	26,20	262,00
POTE DE VIDRO, MATERIAL: VIDRO, CAPACIDADE: 900 ML, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM TAMPA ROSQUEÁVEL					





15	Pote de vidro 1,200 ml	10,0	Unidade	32,68	326,80
POTE DE VIDRO, MATERIAL: VIDRO, CAPACIDADE: 1,200ML, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM TAMPAS ROSQUEÁVEL					
16	Bandeja	12,0	Unidade	72,30	867,60
BANDEJA, COMPRIMENTO: 45 CM, LARGURA: 35 CM, MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL					
17	Bandeja	6,0	Unidade	37,59	225,54
BANDEJA, COMPRIMENTO: 45, LARGURA: 30, MATERIAL: PLÁSTICO					
18	Xicara	60,0	Unidade	5,11	306,60
XÍCARA, XÍCARA DE CAFÉ, CHÁ					
21	Prato	80,0	Unidade	6,90	552,00
PRATO, MATERIAL: VIDRO, APLICAÇÃO: REFEIÇÃO, TAMANHO: NÃO APLICÁVEL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: RASO					
22	Jarra	6,0	Unidade	20,00	120,00
JARRA, MATERIAL: PLÁSTICO, CAPACIDADE: 2 L, MODELO: COM TAMPAS, COR: INCOLOR, APLICAÇÃO: ÁGUA					
23	Jarra	6,0	Unidade	64,67	388,02
JARRA, MATERIAL: PLÁSTICO, CAPACIDADE: 5 L, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: GRADUADA					
24	Jarra	8,0	Unidade	30,96	247,68
JARRA, MATERIAL: VIDRO, CAPACIDADE: 1,3					
25	Jarra	8,0	Unidade	40,02	320,16
JARRA, MATERIAL: VIDRO, CAPACIDADE: 2lt					
26	Travessa	3,0	Unidade	64,82	194,46
TRAVESSA, MATERIAL: VIDRO REFRATÁRIO, TAMANHO: GRANDE, FORMATO: OVAL					
27	Travessa	3,0	Unidade	47,97	143,91
TRAVESSA, MATERIAL: VIDRO REFRATÁRIO, TAMANHO: MÉDIO, FORMATO: OVAL					
28	Travessa	3,0	Unidade	39,54	118,62
TRAVESSA, MATERIAL: VIDRO REFRATÁRIO, TAMANHO: PEQUENO, FORMATO: OVAL					
29	Garfo	100,0	Unidade	3,73	373,00
Garfo de mesa em aço inox					
30	Faca	100,0	Unidade	4,37	437,00
Faca de mesa em aço inox					
31	Colher	100,0	Unidade	3,32	332,00
Colher de sopa em aço inox					
32	Colher Grande	12,0	Unidade	10,41	124,92
Colher grande de servir em aço inox					
34	Faca	3,0	Unidade	98,63	295,89
FACA, MATERIAL LÂMINA: AÇO INOXIDÁVEL, MATERIAL CABO: MADEIRA, TAMANHO: 9					





35	Tabua de corte	5.0	Unidade	22,33	111,65
Tabua de corte com tamanho grande, material plástico.					
36	Processador e Triturador de Alimentos	5.0	Unidade	49,87	249,35
Material: Acrílico E Aço Inoxidável, possui três lâminas Inox para corte, acionamento giratório através de corda retrátil, processa os alimentos de forma rápida e eficiente, formato anatômico e prático.					
37	Espremedor de Alho	5.0	Unidade	51,53	257,65
Espremedor de alho polido em alumínio Injetado de alta resistência.					
38	Prato Inox	80.0	Unidade	19,76	1.580,80
Prato fundo, material Aço inoxidável					
39	Caneca Inox	80.0	Unidade	10,27	821,60
Caneca no material aço inoxidável com alça, capacidade de 200ml.					
40	Taça	120.0	Unidade	7,89	946,80
Taça para água, material vidro, capacidade de 250 ml.					

Valor total do lote: R\$ 10.673,58

#### LOTE IV - MATERIAL EDUCATIVO

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UND	V. UNIT	V. TOTAL
9	Colchonete	131.0	Unidade	69,30	9.078,30
Cor: Azul Royal; Material: espuma; Dimensões do produto: 120 x 60 x 4 cm					

Valor total do lote: R\$ 12.138,00

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo.

1.3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de de 03 meses, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de

1.4.1. O fornecimento de bens é enquadrado como continuado, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o Estudo Técnico Preliminar.

1.5. O custo estimado total da contratação é de R\$ 24.120,65 (vinte e quatro mil, cento e vinte reais e sessenta e cinco centavos).

1.6. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação a vigência da contratação.

## 2. DA JUSTIFICATIVA

2.1. Os bens a serem contratados podem ser considerados como comuns, haja vista que podem ser estipulados padrões de desempenho e qualidade definidos objetivamente pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

2.2. Dessa forma, a licitação poderá ser realizada na modalidade Pregão, nos termos da legislação vigente. A utilização dessa modalidade tem o efeito de atingir um número maior de possíveis





fornecedores, privilegiando dessa forma os princípios da competitividade, isonomia e seleção da proposta mais vantajosa.

### **3. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E DA ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO**

3.1. Aquisição de material de copa e cozinha para suprir as necessidades da Secretaria de Assistência Social do município de Piquet Carneiro-CE.

### **4. DAS AMOSTRAS**

4.1. Os produtos objetos deste Termo de Referência estão sujeitos e poderá ser exigido afim de realização de controle de qualidade pela Secretaria de demandante do Município, após a fase de aceitação da proposta da empresa e antes da adjudicação da licitação e, caso seja necessário, a qualquer tempo, durante a vigência do contrato firmado com a Secretaria.

4.2. O Controle de Qualidade, consistirá na análise da conformidade de cada produto:

4.2.1. A(s) empresa(s) classificada(s), provisoriamente, em primeiro lugar na etapa de lances de cada item, após a fase de aceitação da proposta e habilitação e respeitando a fase recursal, caso haja recurso deferido, e antes da adjudicação do resultado da licitação, deverá(ão) entregar à contratada, num prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, o seguinte:

a) 01 (uma) amostra de cada produto, com suas respectivas identificações

4.2.2. Durante essa fase, a Secretaria poderá solicitar ajustes/substituições de amostras apresentadas, de forma a melhor atender a proposta. Nos casos em que isso ocorrer, o fornecedor terá um prazo adicional de 02 (dois) dias úteis para atender ao solicitado. Caso isso não ocorra, este será desclassificado do certame e far-se-á a convocação do próximo fornecedor classificado na fase de lances.

4.2.3. A avaliação da amostra visa à aferição dos produtos ofertados pela licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar, buscando-se comprovar, juntamente com a documentação apresentada, se os produtos de fato atendem aos requisitos mínimos descritos nas especificações técnicas constantes deste Termo de Referência.

4.2.4. Todas as despesas decorrentes do processo de avaliação da amostra são de responsabilidade da licitante que estiver provisoriamente classificada em primeiro lugar.

4.2.5. Os fornecedores serão os únicos responsáveis pela qualidade físico-química, sanitária dos produtos licitados.

### **5. DO PRAZO PARA ENTREGA**

5.1. O prazo de entrega do(s) item(ns) é de 10 (dez) dias, contado da emissão de Requisição formalizada pelo Contratante, em quantitativo especificado pelo Contratante.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data avençada, o contratado deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 02 dias de antecedência para que o pleito de prorrogação de prazo seja analisado pela contratante, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: RUA PRAÇA MARIANO AIRES, S/N, CENTRO, Piquet Carneiro / CE.

### **6. DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (caput do art. 115 da Lei nº 14.133, de 2021).





6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (§ 5º do art. 115 da Lei nº 14.133, de 2021).

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do termo de contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade convocará o representante do contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (caput do art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021).

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotarà no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

6.7.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção;

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.8.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.9.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotarà os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.9.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.







6.9.3. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.9.4. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.10. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

6.11. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

## 7. DOS CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 03 (três) dias, a contar da notificação do contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 10 (dez) dias).

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.9. Recebida a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

7.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.10. Para fins de liquidação, quando cabível, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:





- a) o prazo de validade;
  - b) a data da emissão;
  - c) os dados do contrato e do órgão contratante;
  - d) o período respectivo de execução do contrato;
  - e) o valor a pagar; e
  - f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;
- 7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta junto ao cadastro de fornecedores ou no registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.13. A Administração deverá realizar consulta ao o cadastro de fornecedores ou no registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) para:
- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
  - b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.
- 7.14. Constatando-se, junto o cadastro de fornecedores ou no registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
- 7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
- 7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao o cadastro de fornecedores ou no registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).
- 7.18. Em atendimento ao inciso VI do art. 92 da Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021, o pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa.
- 7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de correção monetária.
- 7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 7.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.





7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.24. A antecipação de pagamento somente será permitida se propiciar sensível economia de recursos ou se representar condição indispensável para a obtenção do bem ou para a prestação do serviço, conforme determina o § 1º do art. 145 da lei Federal nº 14.133/21.

## **8. DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade Pregão, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo Menor Preço, por lote.

8.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

### **Habilitação Jurídica**

8.3. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.4. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.5. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.6. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.7. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.

8.8. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.9. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.10. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.11. Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do §2º do art. 4º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.



8.12. Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS - CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos dos arts. 17 a 19 e 165 da Instrução Normativa RFB nº 971, de 13 de novembro de 2009.

8.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### **Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista**

8.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso;

8.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.19. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais/municipais ou distritais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.21. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

### **Qualificação Econômico-Financeira**

8.22. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante (inciso II do art. 69 da Lei nº 14.133, de 2021);

8.23. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

8.24.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um, obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

I - Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) ÷ (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

II - Solvência Geral (SG) = (Ativo Total) ÷ (Passivo Circulante + Passivo não Circulante); e

III - Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante) ÷ (Passivo Circulante);

8.2.4.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

8.2.4.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

8.2.4.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.25. Caso o licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo OU patrimônio líquido mínimo de 5% (cinco por cento) do valor total estimado da contratação.

8.26. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.27. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos (§ 6º do art. 69 da Lei nº 14.133, de 2021).

8.27.1. Fica dispensado a apresentação do balanço patrimonial para MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL - MEI.

### **Qualificação Técnica**

8.29. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.30. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.31. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

## **9. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

9.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento, na(s) dotação(ões) Exercício 2024 Atividade 1102.082440225.2.121 Manutenção dos Serviços de Proteção Social Básica - CRAS/PAIF, Classificação econômica 3.3.90.30.00 Material de consumo, Exercício 2024 Atividade 1102.081220112.2.106 Gerenciamento e Manutenção da Secretaria Municipal de Assistência Soci, Classificação econômica 3.3.90.30.00 Material de consumo, Exercício 2024 Atividade 1102.082440225.2.123 Manutenção dos Serviços de Fortalecimento de Vínculos - SCFV, Classificação econômica 3.3.90.30.00 Material de consumo.

9.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subseqüentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Piquet Carneiro/CE, 23 de setembro de 2024

*assinado eletronicamente*

**VINICIUS DE PADUA RICARTE LUCENA**  
RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA  
MATRICULA Nº 121470-5

